

# Canoas de guerra, canoas do sertão

## Protagonismo indígena na Amazônia colonial portuguesa

Canoes of war, canoes of the hinterland: indigenous protagonism in the Portuguese colonial Amazon / Canoas de guerra, canoas del sertón: protagonismo indígena en la Amazonia colonial portuguesa

### Elias Abner Coelho Ferreira

Mestre e doutorando em História pela Universidade Federal do Pará (UFPA), Brasil.

elias\_abner@hotmail.com

### Wania Alexandrino Viana

Doutora em História pela UFPA. Professora do Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa).

waniaalexandrino@yahoo.com.br

### RESUMO

Na Amazônia colonial, os rios eram os caminhos por excelência. Interligavam vilas e lugares através de canoas. Dinâmicas específicas da região implicaram a participação indispensável de índios como remeiros, pilotos, guerreiros e informantes. Este texto procura compreender, a partir da análise de diversas fontes, o protagonismo indígena em canoas de comércio e de guerra na Amazônia do século XVIII.

*Palavras-chave:* Amazônia colonial; índios; canoas e rios.

### ABSTRACT

In the colonial Amazon period, rivers were the paths par excellence. They connected villages and places via canoes. Specific dynamics in the region implied the indispensable participation of indigenous people such as rowers, pilots, warriors and informants. This text seeks to understand, from the analysis of several sources, the indigenous protagonism in the canoes of commerce and war in the Amazon of the 18th century.

*Keywords:* Colonial Amazon; indigenous people; canoes and rivers.

### RESUMEN

En la Amazonia colonial, los ríos eran los caminos por excelencia. Ellos conectaban pueblos y lugares por medio de canoas. Dinámicas específicas en la región implicaban en la participación indispensable de indígenas como remeros, pilotos, guerreros e informantes. Este texto busca comprender, a partir del análisis de diversas fuentes, el protagonismo indígena en las canoas del comercio y la guerra en la Amazonía del siglo XVIII.

*Palabras clave:* Amazonia colonial; indígenas; canoas y ríos.

## Índios e embarcações na Amazônia colonial portuguesa

Antônio, índio da aldeia dos tocantins, estava, com outros soldados e índios, em uma das canoas da tropa de guarda-costas de João Paes do Amaral que, em 12 de dezembro de 1721, saiu de Belém até o Cabo do Norte, atual estado do Amapá. Ele parecia ser aliado indispensável aos portugueses: explicava com riqueza de detalhes os caminhos dos rios, guiava a tropa, delatava aos seus aliados lusos as práticas dos aruãs que, liderados por Guaymar, realizavam resgates de índios nos domínios portugueses. Passavam pelos rios e com os franceses, em Caiena, comercializavam essa gente por “pólvora, balas e armas”.<sup>1</sup>

Ele não apenas direcionava a tropa de João Paes do Amaral, mas relatava as dinâmicas das práticas nas fronteiras, o comércio dos aruãs com os franceses, os caminhos de gente e armas que ilegalmente atravessavam a fronteira política que separava os domínios das duas coroas. Antônio, ao que parece, tinha destacado papel na empreitada do capitão Amaral, e assim como ele, outros índios aliados dos portugueses ocupavam centralidade nos processos coloniais e possibilitaram, em larga medida, as atividades de comércio e avanço da fronteira na Amazônia colonial, conforme veremos adiante.

Quando falamos aqui de “Amazônia colonial” estamos nos referindo ao norte da América portuguesa, cuja colonização iniciou-se nas primeiras décadas do século XVII, apesar de o termo “Amazônia”, como conhecemos hoje, ter surgido apenas no século XIX. Atualmente, é uma área que se aproxima em termos geográficos da Amazônia Legal brasileira, uma região que, segundo Antônio Porro, “inclui, além dos estados e territórios que compõem a grande Região Amazônica (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima), o oeste do Maranhão, o norte de Goiás e norte de Mato Grosso” (Porro, 1996, p. 11).

Em 1621, o Maranhão foi instituído como unidade administrativa separada do Brasil e subordinada diretamente à Lisboa, abrangendo grande parte do que chamamos aqui de Amazônia colonial portuguesa. De acordo com Patrícia Melo Sampaio, o estado do Maranhão seria extinto em 1652 e reconstruído dois anos depois, com a denominação de “estado do Maranhão e Grão-Pará”, com a capital em São Luís (Sampaio, 2003, p. 123-124). Ao longo do século XVIII, sua nomenclatura e reordenamento iriam mudar de acordo com a capital política, ora estando em São Luís ora em Belém. Em 1751, por exemplo, “foi extinto o estado do Maranhão e Grão-Pará e criado o estado do Grão-Pará e Maranhão, com sede administrativa em Belém”. E, entre 1772 e 1774, essa configuração dividiu-se no

---

1 Arquivo Público do Estado do Pará (Apep). Relatos de fronteiras, códice: Fronteira francesa, reinados de d. João V/ d. João VI, 1713/1842. Transcrito em: P.C.D.L. livro A11, p. 126.

estado do Maranhão e Piauí e no estado do Grão-Pará e Rio Negro, com Belém sendo a sede deste último (Sampaio, 2012, p. 42).

Portanto, trata-se de uma região vasta e heterogênea do ponto de vista étnico e das formas políticas e administrativas instauradas a partir da presença europeia. Processo que se constituiu por meio de ações que significaram “múltipla ocupação militar, religiosa e econômica” (Chambouleyron, 2010, p. 81). Mas também da ocupação territorial com a distribuição de terras, a criação de núcleos urbanos e atividades agropastoris e de coleta das drogas do sertão. Esse processo incluía vetores estratégicos de expansão colonial, notadamente em direção ao Cabo do Norte (atual estado do Amapá), Ilha Grande de Joanes (atual Ilha do Marajó), rios Amazonas, Xingu, Negro, Madeira, Trombetas e Tocantins. Essas penetrações, em grande medida, explicaram as mudanças políticas e administrativas da região ao longo do século XVIII.

Em todas essas direções, os vetores da colonização seguiram o curso dos rios. Caminhos que foram possibilitados pela navegação em canoas e, sobretudo, pelo conhecimento indígena. Este artigo busca estabelecer a relação entre rios, canoas e conhecimento indígena, como engrenagens centrais para a compreensão da expansão colonial na região. Para essa análise, priorizamos as “canoas de guerra” e as “canoas do sertão”, relacionadas aqui, respectivamente, às atividades de guerra e comércio. Nessas experiências, a presença e atuação indígena foram determinantes para a vigilância de fronteira e guerras na região do Cabo do Norte e para o deslocamento para o interior da capitania do Grão-Pará em busca das drogas do sertão durante a primeira metade do século XVIII.

Essa inegável agência indígena está, em parte, associada ao conhecimento dos nativos sobre os rios e sobre a tecnologia para a navegação. Trata-se da relação de simbiose entre rio e canoa. Esses dois elementos, conjugados pela interação e conhecimento indígena, constituíram uma dinâmica interna específica, marcada pela lógica de territórios desenhados por rios que entrecortavam a floresta, ou seja, territórios-rios ou territó-rios, entendidos aqui como espaços com significados constituídos da interação entre índios, rios e colonizadores.

Ora, na Amazônia colonial, dadas as peculiaridades da floresta e a configuração geográfica, os rios constituíam-se como as principais estradas disponíveis. O sistema urbano português, composto de pequenos núcleos populacionais que cresciam a partir de fortificações militares e aldeamentos, eram interligados pelas vias fluviais. Eram nos rios ou em torno deles que se davam as relações entre indígenas e entre estes e europeus (Guzmán, 2008, p. 86). Conforme ressaltava o padre jesuíta João Daniel, no estado do Maranhão e Grão-Pará todos os caminhos se faziam pela água, “não só por ser a terra toda cortada de rios, mas

porque todas as povoações são nas margens dos rios”.<sup>2</sup> O jesuíta acentuava essa singularidade ao enfatizar que “em parte alguma outra, nem região, são mais necessárias as embarcações do que na região do Amazonas”.<sup>3</sup> Razão pela qual na Região Amazônica as canoas “são as bestas, as calvagaduras e os carros”.<sup>4</sup> Sem o domínio dessa tecnologia de navegação, as práticas coloniais como expansão de fronteira e comércio pareciam impraticáveis.

De acordo com Teresa Ximenes (1992, p. 3), as embarcações como as canoas foram “o principal meio de locomoção, tanto para os homens amazônicos como para aqueles que, com objetivos de desbravar e conquistar, percorreram a região em várias direções”. Todavia, ressalta-se que o conhecimento sobre rios e embarcações é essencialmente nativo. Os povos autóctones já utilizavam os rios para as mais diversas necessidades e, para a utilização desse ambiente, desenvolveram tecnologias aquáticas relacionadas à navegação e à fabricação de embarcações.

Na América portuguesa, as embarcações eram fabricadas de diversas formas e tamanhos, de acordo com as características específicas de cada grupo étnico. As “canoas de tronco” eram tecnicamente mais elaboradas do que as de “casca”, exigindo muito mais tempo para sua fabricação. Com a colonização portuguesa na Amazônia a partir do século XVII, e com a intensificação de atividades de comércio, de expedições de guerra e fronteira, as embarcações tornaram-se cada vez mais importantes e necessárias. E, atrelado a isso, o indispensável conhecimento indígena acerca de sua fabricação, que ao longo da colonização agregou também técnicas e ferramentas europeias.

Todavia, para além da fabricação de canoas, os indígenas eram indispensáveis como remeiros e pilotos. Sem eles, não se podia ir de uma parte à outra do território, já que o tráfego se dava basicamente através da malha fluvial dos rios amazônicos. A navegação dependia essencialmente da mão de obra desses índios, já que possuíam um saber venatório que os fazia imprescindíveis nas embarcações, pois conheciam os rios, seus perigos, os caminhos mais seguros. Eram, pois, “os pés e as mãos dos colonos” (Souza Junior, 2011, p. 365-391).

Os indígenas e as relações que estabeleciam com os rios da Amazônia são aqui centrais para a compreensão de práticas coloniais que dependiam, sobretudo, dessa interação, verificada neste artigo a partir do comércio e das guerras.

---

<sup>2</sup> Anais da Biblioteca Nacional (ABN), v. 95, tomo I, 1975, p. 256. Tesouro Descoberto no Rio Amazonas.

<sup>3</sup> ABN, v. 95, tomo II, 1975, p. 30. Tesouro Descoberto no Rio Amazonas.

<sup>4</sup> ABN, v. 95, tomo II, 1975, p. 365.

Essas práticas, que alargavam a fronteira de domínio luso na região, constituíam um território costurado pelos caminhos dos rios, movimentados no ir e vir de marés e canoas, conduzidas por índios remeiros e pilotos.

Durante a vigência do regimento das missões (1686-1757),<sup>5</sup> os índios remeiros e pilotos, utilizados pelos moradores para suas viagens, provinham, em sua maioria, dos aldeamentos missionários. Esses índios “descidos” dos sertões para os aldeamentos eram repartidos entre os moradores, as autoridades coloniais e o trabalho nos aldeamentos. Eles eram juridicamente livres, uma vez que eram “amigos” (Perrone-Moises, 1992, p. 115-132), mas viviam sob regime de trabalho compulsório, sendo obrigados a trabalhar em troca de um salário mensal, que, em média, não passava de duas varas de pano de algodão.

Por outro lado, convém lembrar que a própria capacidade das populações indígenas em estabelecer alianças tenciona a relação dual entre “índios inimigos” e “índios aliados”; como os princípios gerais da legislação indigenista, conforme o argumento de Perrone-Moisés (1992), estavam ligados às leis e disputas entre indígenas, colonos e missionários. Ora, as múltiplas relações cotidianamente vivenciadas constituem lógicas distintas, que, em grande medida, alteram a própria conformação legal. Conforme destacou José Alves de Souza Junior (2010), a legislação que pautava a política indigenista oscilava entre os interesses de colonos e dos missionários.

Os índios remeiros eram a força motriz responsável por remar nas canoas e embarcações dos colonos, religiosos e militares. Conforme ressalta Antônio Vieira,

Para um homem comer o pão da terra (farinha de mandioca), há de ter roça, e para comer carne, há de ter caçador, e para comer peixe, pescador, e para vestir roupa lavada, lavadeira, e para ir à missa ou a qualquer parte, canoa e remeiros.<sup>6</sup>

Os índios remeiros eram figuras centrais para as mais diversas atividades e a falta deles foi motivo de queixas por parte de moradores e militares durante todo o

---

5 Instituído em 1686, o regimento das missões perdurou até a implantação do diretório dos índios, em 1757. Em linhas gerais, o regimento visava à regulamentação do processo missionário no estado do Maranhão e Grão-Pará e concedia a tutela dos indígenas aldeados aos missionários, os quais passavam a deter o controle do governo espiritual e temporal daqueles. Ver: Ferreira (2017). Os conflitos em torno do controle da mão de obra indígena e da influência das ordens religiosas sobre os territórios da Amazônia levaram a divisão das missões entre as ordens, por meio da carta régia de 19 de março de 1693, “cabendo à Companhia de Jesus a margem direita do rio Amazonas e a margem esquerda entre o rio Negro e o rio Içá; enquanto aos capuchos de Santo Antônio coube as terras do Cabo do Norte até o rio Jari e o rio Paru; e aos capuchos da Piedade, o Gurupá e as aldeias do rio Urubu ao rio Trombetas”. Em 1694, nova carta régia reformulou a primeira divisão, cedendo aos “mercedários o rio Urubu e aos carmelitas o rio Negro e o rio Solimões” (Resende, 2006, p. 110).

6 Resposta aos capítulos do procurador do Maranhão. Belém, s.d., apud Cruz, 1973, p. 77.

período colonial. Em 15 de janeiro de 1661, por exemplo, os vereadores da Câmara de Belém enviavam uma representação ao padre Antônio Vieira, na qual expunham o estado miserável que se encontravam alguns moradores da capitania que, sendo “homens nobres, conquistadores, e povoadores”, “não trazem os seus filhos e família a esta cidade por não terem remeiros, que lhe comboiem canoas”.<sup>7</sup>

Quase um século depois, em carta de 20 de abril de 1759, João Vieira Lemos escrevia ao governador Manuel Bernardo de Melo e Castro relatando que “a falta de índios tem reduzido os moradores desta terra ao mais deplorável estado, principalmente para lhes remarem as suas embarcações, ou canoas, fazendo esta mais sensível aos que moram distantes dessa cidade com suas casas e famílias...”.<sup>8</sup> Em outubro de 1763, o diretor de Porto de Moz escrevia ao novo governador, Fernando da Costa de Ataíde Teive Souza Coutinho, pedindo que dispensasse naquele ano os índios do serviço real e dos moradores, “porque de outra forma não se pode fazer o descimento, porque não há quem possa remar as canoas para cima”. Dizia ainda que no ano anterior “não fez este descimento por falta dos mesmos remeiros”.<sup>9</sup>

A necessidade de índios remeiros era, portanto, uma realidade durante o período colonial, tendo em vista que, como já foi dito, os deslocamentos se davam pelos rios, em embarcações. A atividade dos remeiros era essencialmente física. Para execução da atividade, os índios dispunham de um remo. Estes, de acordo com João Daniel, eram “umas pás curtas, reguladas pelas forças dos remeiros, e à proporção de cada um”.<sup>10</sup> Assim o religioso descreve a imagem dessas canoas e dos índios remando:

Com este modo de remos e remar parecem as canoas uns cágados, cujas mãos são os remos, em que os índios andam tão destros, que ainda que as canoas sejam toda a viagem, e tenham vinte remos por banda, ou mais, os movem tão uniformes, como se os puxara um só índio, ou uma só mão.<sup>11</sup>

---

7 Representação da Câmara de Belém ao padre Antônio Vieira. Belém, 15 jan. 1661, apud Cruz, 1973, p. 73.

8 Apep. Carta de João Vieira Lemos para o governador do estado. S.l., 20 abr. 1759. SCGP, cód. 95, doc. 20.

9 Apep. Carta de José Gonçalves Marques [diretor de Porto de Moz], para o governador Fernando da Costa de Ataíde Teive. Porto de Moz, 10 out. 1763. SCGP, cód. 131, doc. 59.

10 ABN, v. 95, 1975, tomo I, p. 253.

11 ABN, v. 95, 1975, tomo I, p. 253-254.

Assim como os índios remeiros, os pilotos jacumaúbas<sup>12</sup> tinham um papel fundamental na Amazônia colonial, pois eram responsáveis por guiar as embarcações no intrincado de rios, ilhas, furos e igarapés que compunham a geografia da região. Eles detinham conhecimentos precisos (ou aproximados) sobre a geografia e as condições básicas de navegabilidade dos rios. Eram, pois, “os peritos insubstituíveis da geografia fluvial” (Guzmán, 2008, p. 86).

Nos rios amazônicos, o conhecimento e a experiência dos pilotos eram fundamentais para a realização segura de viagens. Segundo João Daniel, no labirinto de rios, canais, lagos e das inumeráveis ilhas, cujas voltas faziam “titubear” e, muitas vezes, perderem-se os práticos brancos, “só vão bem navegados quando os índios são os práticos que mandam à via e pilotos que governam as canoas”.<sup>13</sup>

Os jacumaúbas eram, portanto, insígnies pilotos e fundamentais para qualquer viagem pelos rios amazônicos. Os conhecimentos que possuíam dos rios e da navegabilidade, assim como de tudo o que girava em torno disso – lugares para pesca e obtenção de água potável, por exemplo –, lhes rendiam respeito e privilégios em suas povoações, fazendo com que se destacassem sobre os remeiros e até mesmo sobre os principais indígenas (Guzmán, 2008, p. 89). Para Almir Diniz de Carvalho Junior (2005, p. 237), o ofício de “pilotos e guias experientes” se configurava em atividade de prestígio, permitindo a índios comuns obter vantagens até mesmo sobre seus líderes. Porém, no mais das vezes, tal vantagem “significava não serem obrigados a trabalhos pesados, como aqueles destinados aos que não tiveram a sorte de desenvolver determinado talento”.

Ao longo da colonização no norte da América portuguesa, os indígenas das mais diversas etnias foram fundamentais. Requisitados para todas as viagens pelos rios amazônicos, eram guias, remeiros, pilotos e guerreiros que integravam tropas que saíam em canoas pelos sertões da Amazônia, indispensáveis para as atividades de defesa territorial e comércio.

## Em canoas de guerra

Conforme destacamos, na Amazonia colonial, entrecortada por rios, a navegação era realizada em canoas e com indispensável auxílio indígena. Esse protagonismo pode ser observado a partir dos eventos de guerras e vigilância de

---

<sup>12</sup> Etimologicamente falando, Décio Guzmán diz que a “palavra jacumaúba tem sua origem na língua geral, (*nheengatu*)” (Guzmán, 2008, p. 87, grifos do autor). De acordo com João Daniel, a palavra deriva de “jacumã” (ou jacumá), e seria uma espécie de “uma comprida pá, que em algumas embarcações serve em lugar de leme” (ABN, v. 95, 1975, tomo I, p. 87).

<sup>13</sup> ABN, vol. 95, 1975, tomo I, p. 252-253.

fronteiras na região do Cabo do Norte, um espaço de disputas entre a França e Portugal, que, apesar de diversos acordos e tratados diplomáticos, como, por exemplo, o Tratado de Utrech de 1713, não foram resolvidos os conflitos em torno das fronteiras do território. Ora, até o avançar do século XIX, a região continuou a apresentar para Portugal dificuldades próprias para defesa. Um espaço complexo, como explica Fernanda Aires Bombardi (2014, p. 62) pelo “estabelecimento de intensas relações de guerras, comércio e onde se confrontam diferentes experiências sociais e estratégias de colonização”. Na análise de Rafael Ale Rocha (2017, p. 533), os limites do Cabo do Norte, nas décadas de 1720 e 1730, inseriam-se em complexas dinâmicas que, por um lado, integram “um contexto macro e extra-amazônico e, por outro, as políticas transfronteiriças desses diversos agentes em escala local ou, mesmo, global (índios, negros, mestiços, autoridades, colonos portugueses e franceses e impérios)”.

Durante a primeira metade do século XVIII, todos os anos, canoas armadas em guerra, juntamente com soldados e índios, eram destacadas ao local, com o objetivo de vigiar a fronteira e impedir a entrada de franceses em territórios lusos e o comércio deles com grupos indígenas que circulavam naquela região. Voltamos à tropa de guarda-costas de João Paes do Amaral, que saiu de Belém, em 1721, para vigiar essa fronteira e os conflitos e guerras envolvendo os aruãs, etnia indígena que habitava a Ilha do Marajó, os amanaju do Cabo do Norte e os indígenas aliados dos portugueses, provenientes das aldeias dos tocantins, maracanãs, arapijós e da nação aroaquizes.

As guerras na Amazônia colonial ocorriam no interior da floresta, para as quais exigia-se destreza no manejo das canoas, das armas, táticas de guerra nativa, mas também implicava uma necessária rede de informações. Em todos esses aspectos, os indígenas eram indispensáveis, a exemplo de Antônio, índio da aldeia dos tocantins que estava na tropa de João Paes do Amaral.

A presença indígena nas atividades de defesa foi inclusive recomendada pela coroa em carta de 1709, ao destacar que, na impossibilidade de enviar efetivos militares do reino, se fizesse a defesa com os “naturais” que “fazem muita diferença em seus procedimentos”.<sup>14</sup> Um problema concreto, dado o ambiente de conflito constante entre colonizadores e grupos indígenas contrários ao avanço da fronteira na primeira metade do século XVIII.

As guerras no estado do Maranhão e Grão-Pará, nesse período, pareciam estar por toda parte, estendendo-se ao rio Negro contra os manaos e os maypenas;<sup>15</sup>

---

<sup>14</sup> Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Avulsos do Pará, cx. 5, d. 436. Consulta do Conselho Ultramarino para o rei d. João V, Lisboa, 29 de agosto de 1709.

<sup>15</sup> AHU. Avulsos do Pará, cx. 11, d. 974; cx. 11, d. 1.046; cx. 13, d. 1.174.

ao rio Madeira contra os índios muras;<sup>16</sup> ao Cabo do Norte e Marajó contra os aruãs;<sup>17</sup> nos sertões do Maranhão, contra os guararés<sup>18</sup> e contra os aranis, suas-suís, anapurús e arais;<sup>19</sup> às nações cavisenas e perianas que viviam junto ao rio Amazonas;<sup>20</sup> ao gentios acoroá-açus, no sul do Piauí.<sup>21</sup>

Essa breve relação já aponta para um ambiente de conflito, cujas dinâmicas são complexas do ponto de vista das gentes e dos interesses envolvidos. Guerras que ocorriam na floresta, cujas estratégias de combates se faziam, em grande medida, pelo conhecimento nativo, razão pela qual eram integrados às tropas, que se deslocavam em canoas para guerras e fronteiras. Esses aspectos, portanto, integram um vetor analítico importante para a compreensão das dinâmicas sociais da colonização, e, sobretudo, a agência indígena nesse processo, tanto dos que lutavam ao lado dos portugueses quanto dos que se colocavam em posição de enfrentamento.

Os aruãs, descritos como “salteadores do litoral do Pará”, que a tropa de João Paes do Amaral buscava combater, são exemplares nesse processo. Uma nação indígena que habitava o território da Ilha do Marajó e atuava como peça-chave em um comércio dinâmico, que conectava a região ao extremo norte da capitania. Uma rede que incluía, além dos aruãs, os franceses de Caiena, holandeses e os amanajus, indígenas do Cabo do Norte. Esses sujeitos mantinham complexas relações entre si. A razão para as guerras contra os amanajus (1689) e os aruãs (1721-1722) era, sobretudo, romper essas redes de comércio estabelecidas (Viana, 2019).

A afirmação da presença lusa no Cabo do Norte dependia, em grande parte, do desmantelamento dessas redes de contato e da influência desses grupos indígenas na região. Para essa tarefa, os índios aliados dos portugueses foram centrais, seja pela atuação nas guerras ou pelas informações privilegiadas que passavam aos colonizadores sobre as práticas e dinâmicas dos sertões. Assim, Antônio, índio aliado na tropa de Paes do Amaral, teve destacado papel nessa empreitada, sendo um dos informantes sobre o comércio estabelecido pelos aruãs na região. Além disso, acrescentava que os aruãs eram também os guias

16 AHU. Avulsos do Pará, cx. 11, d. 997.

17 Apep. Relatos de fronteiras, código: Fronteira francesa, reinados de d. João V/ d. João VI, 1713/1842. Transcrito em: P.C.D.L. livro A11.

18 AHU. Avulsos do Pará, cx. 11, d. 997.

19 AHU. Avulsos do Pará, cx. 14, d. 1.284.

20 AHU. Avulsos do Pará, cx. 14, d. 1.329; cx. 15, d. 1.430.

21 AHU. Avulsos do Pará, cx. 22, d. 2.112.

dos franceses, pois os acompanhavam do lado de cá da fronteira para “fazer resgates e assaltos”.<sup>22</sup>

Outro aliado, José, “índio da terra ladino na língua geral”, que estava na mesma tropa de guarda-costas de João Paes do Amaral e do índio Antônio, confirmou as informações, e acrescentou que o tal “rebelde Guyamar” agia no rio Araguari aprisionando índios que iam àquele rio para colheita de cacau.<sup>23</sup> Esses índios, que compunham as tropas de guerra e guarda-costas, parecem ter sido excelentes informantes das práticas dos sertões, sobretudo em um território como o Cabo do Norte, de fronteira aberta, para o qual a estratégia defensiva dependia de informações e vigilância.

Um espaço emblemático, para o qual a coroa portuguesa despendeu enormes esforços para assegurar seu domínio desde o século XVII. Entre as ações lusas, destacamos a doação da região como capitania privada a Bento Maciel Parente, em 1637, a constituição da casa forte do Araguari, em 1688, cujo objetivo era frear a entrada de estrangeiros na região. Mais tarde, a manutenção da guarnição do presídio de Macapá, que se atrelava também a esse objetivo e, na segunda metade do século XVIII, a construção da fortaleza de São José de Macapá.

Antônio, índio proveniente da aldeia dos tocantins, e José, “índios da terra”, estavam inseridos nas complexas redes de relações construídas nesse espaço. Ocupavam um papel central como aliados dos portugueses, sobretudo como intermediários que decodificavam aos lusos grande parte do emaranhado de relações que resultava do contato entre diferentes sujeitos sociais. É desse canal estabelecido entre portugueses e indígenas aliados nos sertões que se definem as ações de guerra mais adequadas aos interesses coloniais portugueses. Assim, a partir do circuito de informações também se mapeiam as nações indígenas que são, ao longo desse processo, consideradas inimigas ou obstáculos ao avanço da fronteira colonial.

As informações descritas pelos índios Antônio e José foram tomadas em interrogatório mandado fazer pelo governador João da Maia da Gama, para que pudesse tomar conhecimento do que eles testemunharam na expedição de guarda costa de 1721. Além deles, depuseram o capitão João Paes do Amaral, os sargentos Antônio Freire e Ignácio e os soldados Pascoal de Freitas, Antônio Coelho da Silva, Pedro de Sousa Passos, Antônio Monteiro e Antônio Batista dos Santos, que também

---

<sup>22</sup> Apep. Relatos de fronteiras, códice: Fronteira francesa, reinados de d. João V/ d. João VI, 1713/1842. Transcrito em: P.C.D.L. livro A11, p. 126.

<sup>23</sup> Idem.

estavam na tropa.<sup>24</sup> Ouvir os índios aliados implicava ter conhecimento dos rios, indicação das rotas e de sua navegabilidade. Portanto, os relatos dos índios Antônio e José são de sujeitos que transitavam entre o espaço colonial e o espaço indígena do sertão. Nessa condição, eram importantes nas atividades militares da tropa de guarda-costas assim como para a defesa do Estado.

Os índios Antônio e José não estavam sozinhos, havia também os índios Vicente, Luís, Cipriano, Nazário, Henrique, Felipe e muitos outros da aldeia dos arapijós e tupinambás. Além dos índios da aldeia maracanã e da nação aroaquizes, que são os que aparecem como aliados dos portugueses nas guerras contra os amanajus e os aruãs. Esses aliados, nas ações militares, foram centrais para o avanço do domínio luso na região e o rompimento da fronteira indígena que bloqueava essa expansão.<sup>25</sup>

Para o combate dos amanajus em 1689, por exemplo, estavam mobilizados os índios tupinambás, os aroaquizes e os da aldeia maracanã. Foram esses aliados que possibilitaram o enfrentamento aos índios do Cabo do Norte. Por essa atuação e arte de guerra, foram descritos pelo governador Sá e Menezes como “valerosos índios”.<sup>26</sup>

Os índios da aldeia maracanã, estabelecidos na costa atlântica da capitania do Pará, foram centrais nas atividades de defesa. José da Serra se referia a eles como os “mais fiéis ao serviço de V.M.”.<sup>27</sup> Padre João Daniel<sup>28</sup> também oferece indícios sobre este grupo, relacionando-o com os tupinambás, que no Pará estiveram reduzidos juntamente aos caités, cabus, mortiguras e muitas outras nações indígenas. Como escreve o religioso, eram “belicosos”, “bons trabalhadores” e nas guerras “têm ajudado muito os portugueses”. É significativo que três nações tenham participado como aliadas dos portugueses para um único evento de guerra.

A tropa, portanto, é um complexo dinâmico e multifacetado de práticas provenientes de diferentes grupos indígenas e militares. Consta que esses aliados entraram “nos sertões dos inimigos” amanajus. Estes, prevenidos, aguardavam a investida da tropa lusa e seus aliados. Atacaram e se “defenderam tão

---

<sup>24</sup> Apep. Relatos de fronteiras, códice: Fronteira francesa, reinados de d. João V/ d. João VI, 1713/1842. Transcrito em: P.C.D.L. livro A11, p. 126.

<sup>25</sup> Chama-se de fronteira indígena grupos que se colocavam como obstáculos aos avanços da fronteira colonial na Amazônia. O rompimento desse bloqueio só foi possível com uma força especializada na guerra da floresta, ou seja, outros grupos indígenas aliados dos portugueses.

<sup>26</sup> AHU. Avulsos do Pará, cx. 3, d. 278.

<sup>27</sup> AHU. Avulsos do Pará, cx. 17, d. 1563.

<sup>28</sup> ABN, v. 95, 1975, tomo I, p. 269.

valorosamente que se admiraram os soldados mais antigos nas guerras destes sertões dizendo que não tinham ainda em nenhum tempo índios com tão conhecido valor”, o que igualmente se achava “em um e outro sexo”.<sup>29</sup>

O enfrentamento preparado pelos amanajus do Cabo do Norte à tropa de guerra indica questões que devem ser consideradas, como a organização desses grupos para a guerra. Não há preparo sem que haja conhecimento da iminência do conflito ou da marcha dos inimigos, o que sugere que estes índios já tinham conhecimento da chegada da tropa lusa para combatê-los. Ou seja, há indícios de uma rede de comunicação e colaboração indígena que permitiu o preparo dos amanajus para guerra. Esse fato parece corresponder com a prática nativa de espionagem descrita pelo padre João Daniel. O religioso relatava sobre os índios espias que “escondidos no sombrio das árvores, a que sobem, descortinam, e vigiam os rios, e dão aviso do que vem ao longe, e dada a parte na povoação de que vem o inimigo, tocam a rebate, e avisam-se umas nações às outras suas aliadas”.<sup>30</sup>

Essa parece ter sido a estratégia que possibilitou aos amanajus do Cabo do Norte o preparo para a guerra. Todavia, conforme a narrativa de Sá e Menezes, estes foram combatidos pelos “aguerridos aliados, muitos destes desprezando as próprias armas, expondo os corpos às dos inimigos”. Intrepidamente “trepando pelos jiraus (fortificação gentílica) nestas partes”.<sup>31</sup>

O combate dos amanajus, entretanto, não interrompeu o comércio indígena no Cabo do Norte, que se estendeu à primeira metade do século XVIII. Para frear essa relação de comércio existente entre Gurupá e Cabo do Norte, cabia ainda o enfrentamento da nação aruã que, como vimos, conectava esses espaços por meio de um dinâmico comércio.<sup>32</sup> Combater a influência dos aruãs na região parecia inadiável aos interesses lusos. A rota estabelecida pelos indígenas era uma rede fortemente estabelecida, que fez do Cabo do Norte uma região fronteira peculiar, cujo domínio não se resolveu com tratados diplomáticos de tradição ocidental ou mesmo pelas estratégias de controle portugueses.

Denise Schaan (2007) explica que estudos arqueológicos encontraram semelhanças entre a fabricação de cerâmicas do Gurupá com as do Amapá e Guianas. Eram provavelmente produzidas por grupos arawaks, povo que deu origem aos aruãs, aroanis ou aroaris, assim denominados pelos portugueses. Pesquisas recentes apontaram para novos contatos estabelecidos no período

---

<sup>29</sup> AHU. Avulsos do Pará, cx. 3, d. 278.

<sup>30</sup> ABN, v. 95, 1975, tomo I, p. 235.

<sup>31</sup> AHU. Avulsos do Pará, cx. 3, d. 278.

<sup>32</sup> AHU. Avulsos Pará, cx. 3, d. 245.

pré-conquista (Schaan; Martins, 2010). As cerâmicas encontradas em Gurupá revelam que o Marajó integrava rotas de “circulação de informações no sentido norte-sul, passando pelas Guianas e Amapá e indo até o rio Xingu, atingindo regiões como Volta Grande”. Trata-se de novas rotas de comunicação, diferentes das que até então a arqueologia destacava, “o sentido leste-oeste, ao longo do rio Amazonas” (Schaan; Martins, 2010).

Nesses termos, é possível afirmar que essas relações se construíram no período pré-conquista. O estabelecimento do comércio na região, cujo protagonismo é frequentemente atribuído à presença de feitorias francesas, holandesas e inglesas, deve ser ponderado. Ao que parece, os estrangeiros só integraram antigas rotas de contato construídas pelos indígenas no período anterior à colonização. Todavia, é evidente que as possibilidades que o comércio com franceses, ingleses e holandeses apresentavam tornaram-se atrativas a esses grupos indígenas. Ora, os estrangeiros atribuíam novos significados aos produtos coletados da natureza e ao comércio de cativos. Ao passo que as ferramentas, as armas de fogo e os utensílios europeus despontavam como novidades, as quais os indígenas da região estavam muito interessados em adquirir. O contato significou, a partir dessa perspectiva, um incremento ao circuito de trocas de produtos já estabelecido.

Trata-se, portanto, de uma rota indígena. Essa percepção é fundamental para compreender a permanência do trânsito de gente e mercadoria entre o Marajó e o Cabo do Norte na primeira metade do século XVIII. Para impedir a ação indígena era necessário garantir também o domínio da Ilha do Marajó, especificamente o controle do estratégico território do Gurupá, região conhecida como a “boca dos sertões”. Gurupá era uma região estratégica, conectada ao Marajó.

Os aliados tupinambás estiveram envolvidos, ao lado dos portugueses, na guerra contra os índios amanajus do Cabo do Norte, e foram os principais delatores das práticas dos aruãs, o que contribuiu para legitimar a guerra contra esse grupo, ocorrida entre 1721 e 1722. Portanto, os índios aliados dos portugueses não eram só importantes como força de guerra contra os grupos hostis. Revelavam-se também informantes indispensáveis para o conhecimento dessas práticas dos sertões.

Vicente, principal da aldeia arapijó, por exemplo, denunciou um ataque sofrido pela sua aldeia por parte dos aruãs. Estava ele com sua mulher e mais alguns índios em um igarapé e chegaram em canoas os aruãs, que tentaram levá-los

como prisioneiros, “como de ordinário fazem por serem sempre seus inimigos”. Acabaram por levar oito índios da aldeia arapijó, entre eles sua mulher.<sup>33</sup>

Mais detalhes foram incluídos por Sebastião, índio forro da mesma aldeia e meirinho. Conforme informava, flechas e armas foram usadas pelos aruãs, que mataram quatro ou cinco índios e os demais levaram prisioneiros, escapando somente o principal Vicente “por cair no mar, que fugindo nadando escapou levando ainda três flechadas”.<sup>34</sup>

Além deles, Luís, Cipriano, Nazário, Henrique e Felipe, índios forros da mesma aldeia, atestaram essas informações. Cipriano relatava serem os aruãs “seus inimigos capitais”, condição também afirmada por Nazário. Felipe ofereceu mais detalhes da relação com a nação aruã, pois, de acordo com o que relatara havia três anos (1720), estava ele e mais um rapaz de sua aldeia pescando em uma canoinha quando foram surpreendidos pelos aruãs, que os “cativaram e levaram a suas terras”. De lá o levaram, mais um rapaz e uma índia da nação mexiana, “a vender em Caiena de França que logo trouxeram o precedido deles, que eram três armas de fogo”.<sup>35</sup>

Todas essas informações sobre as práticas e ações dos aruãs no Cabo do Norte e Marajó foram passadas em auto de devassa. Os índios da nação arapijó e tupinambá afirmam estar em muitas ocasiões nas tropas de guarda-costas. Esses índios, aliados nas guerras, eram também informantes. Uma rede de informações indígenas, pautada nos relatos orais, que funcionava trazendo notícias das práticas dos índios dos sertões. Esses canais informativos funcionaram muito bem contra os índios aruãs do Marajó, aos quais, pelas informações, foi declarada guerra justa.

Os depoimentos dos índios, na verdade, podem ter influenciado a própria ação dos portugueses. Assim, os índios inimigos dos aruãs usaram a “máquina” de guerra dos portugueses (da qual eles mesmos participavam) para resolver suas próprias contendas e diferenças. Uma percepção que só é possível pela inversão da perspectiva.

---

<sup>33</sup> Boletim de Pesquisa da Comissão de Documentação e Estudos da Amazônia (Cedeam), Universidade do Amazonas, Manaus, v. 6, n. 10, p. 60, jan./jun. 1987.

<sup>34</sup> Idem.

<sup>35</sup> Idem.

## Em canoas do sertão

Além da prática da guerra, os índios da Amazônia eram igualmente importantes nas canoas de comércio, aspecto este relacionado aos conhecimentos do ambiente natural amazônico. De acordo com Maria Regina Celestino de Almeida (1990, p. 68), as características peculiares da Região Amazônica impossibilitaram o desenvolvimento de uma economia do tipo *plantation*. Segundo a autora, “condições ecológicas e geográficas, aliadas à falta de capital, foram fatores que contribuíram para que agricultura de coivara, utilizada pelas populações indígenas, fosse mantida pelos colonizadores”. Todavia, para a preparação do terreno, seria necessária uma mão de obra considerável por parte dos colonizadores, o que era inviável, dadas as suas condições financeiras. Tudo isso teria contribuído para fazer do extrativismo a atividade econômica lucrativa e preponderante na Amazônia (Chambouleyron, 2010). As drogas do sertão surgem, então, “como uma alternativa extremamente atraente para os colonos, pois, além de exigir menos investimentos que a agricultura, alcançavam preços melhores no mercado” (Almeida, 1990, p. 69).

De acordo com Patrícia Melo Sampaio (2012, p. 152), sob o nome “drogas do sertão” estava “um conjunto bastante heterogêneo de produtos extraídos da floresta e destinados à exportação”. Dentro desse conjunto, incluíam-se frutos (como o cacau, castanha do Pará), madeiras (utilizadas para a construção naval no estaleiro de Lisboa), resinas (como o breu, utilizado para calafetar embarcações), baunilha, cravo, salsaparrilha, urucum, óleos vegetais (como de andiroba e copaíba), entre outros. Exportados, tais produtos destinavam-se a fins diversos, como alimentação e construção naval, por exemplo.

Esses produtos, em geral, encontravam-se sertão adentro, longe dos núcleos populacionais. Para coletá-los, era necessário sair em expedições, que eram anuais e duravam em média de seis a oito meses, entre a ida e a volta. Segundo Heather Flynn Roller (2012, p. 206), desde meados do século XVII as chamadas “canoas de coleta”, patrocinadas tanto por missionários quanto por particulares, operavam na Amazônia portuguesa, para o que recrutavam mão de obra indígena nos aldeamentos.

Para Patrícia Sampaio (2012, p. 152-153, grifos da autora), “a intensificação da atividade de coleta das drogas” nesse período estaria articulada, por um lado, pelas “pressões sofridas no Oriente, que levaram a coroa a implementar esforços para aclimatar espécies ou a identificar substitutos para especiarias orientais em outros pontos de seus domínios, na tentativa de recuperar posições no mercado europeu de especiarias”; por outro, pelo interesse régio em intensificar as

atividades de coleta na Amazônia, concedendo “privilégios e isenções fiscais variadas, transformando as drogas em um dos principais motivos que justificavam a fixação de colonos no Grão-Pará”, o que permitiu o avanço do processo de ocupação na região. Todavia, se a coleta das drogas surgia como uma alternativa ao contingente indígena necessário à agricultura, de forma alguma diminuía a quantidade de mão de obra indígena necessária às expedições. Os grupos indígenas utilizados para esse fim também eram grandes, e a falta deles acarretava sérios problemas.

Na primeira metade do século XVIII, a exportação das drogas vai flutuar devido, principalmente, à falta de mão de obra, por conta dos surtos epidêmicos que, nas décadas de 1740 e 1750, espalharam-se pela Região Amazônica e vitimaram milhares de índios. Isso teria feito com que muitos patrocinadores de canoas ficassem sem poder “alistar números adequados de tripulantes para suas expedições” (Roller, 2013, p. 206). De acordo com Dauril Alden (1985, p. 437), em 1743, Belém foi atingida por um grande surto de varíola, seguido por infecções secundárias que causaram grande debilidade na população atingida. Em 1749, foi a vez de uma epidemia de sarampo, que teria se espalhado rapidamente devido ao pânico causado entre a tripulação indígena dos barcos. Milhares de índios morreram, e outros milhares, “em um esforço desesperado por salvar suas vidas”, fugiram, deixando para trás suas povoações.

Se até a segunda metade do século XVIII grande parte do problema estava na falta de mão de obra indígena, as reformas implementadas por Sebastião José de Carvalho e Melo na Amazônia a partir de então, e que culminariam no chamado Diretório dos Índios (1757), buscariam remediar os obstáculos colocados à prosperidade econômica (Sampaio, 2012, p. 207). O diretório seria, também, uma tentativa de “institucionalizar” o comércio do sertão. Para isso, tentou-se “padronizar os procedimentos de envio das canoas de coleta em todas as povoações indígenas”, além de “regularizar a participação nas expedições” e “reduzir o contrabando e as práticas de trabalho ilegais” (Sampaio, 2012, p. 206-207).

Todavia, é importante destacar que a economia na região continuou a girar “em torno da mão de obra indígena e das atividades de extração até pelo menos o final da década de 1780 ou começo dos anos 1790” (Roller, 2013, p. 207). Para essas atividades, realizadas em expedições de coleta, a mão de obra indígena era fundamental. De acordo com José Alves de Souza Junior (2012, p. 151), a coleta das drogas

exigia um conhecimento da floresta que só os índios possuíam, o que tornava, especificamente nessa atividade econômica, o trabalho africano inócua. Desse modo, a

dependência dos moradores leigos e eclesiásticos em relação a esse saber venatório dominado pelos índios era imensa, pois os utilizavam também como caçadores, remadores, guias pelos caminhos da floresta etc., sendo tal dependência agravada pelo gigantismo da região e pela não aclimatação à floresta.

Grande parte da mão de obra indígena aldeada, cerca de um terço, era destinada às expedições de coleta (Roller, 2013, p. 207). A saída de uma expedição começava pela preparação da canoa, seja na fabricação ou no aluguel de uma. De imediato, isso criava certo “problema” aos que queriam mandar canoas ao sertão, uma vez que poucos poderiam arcar com as despesas, já que, além dos gastos com a embarcação, haveria também os gastos com a sua *equipação*, tanto no que se refere aos salários dos índios quanto aos mantimentos necessários à viagem, que durava de seis a oito meses, entre a ida e a volta. Por outro lado, reforça a ideia de que o comércio do sertão possuía tanto custo quanto a agricultura, o que inclusive foi alvo de críticas por parte do padre João Daniel, sobre a ruína do Estado.

Para a montagem de uma “canoa de negócio”, os responsáveis seguiam dois procedimentos (Sampaio, 2012, p. 156). O primeiro era equipar as canoas com as provisões necessárias à viagem. O segundo, solicitar “a concessão da portaria que lhe autorizava a viagem e estabelecia o número de índios necessários para a *equipação*”. Essas portarias, solicitadas às autoridades coloniais, especificavam a quantidade de índios a serem utilizados. Nos aldeamentos, eram apresentadas aos missionários, que “logo pelo cacique [principal], ou algum outro oficial público, manda chamar os índios que há mais capazes e expedidos”.<sup>36</sup> Não havendo nenhum impedimento, os índios concedidos eram chamados e entregues ao cabo da canoa (geralmente um homem branco ou mestiço), o qual passaria recibo referente a eles.

Para João Daniel, o maior trabalho para equipar as canoas era o de “ajuntar os índios por tão dispersas aldeias, porque não lhes concedem todos em uma só missão, mas em diversas, uma ou duas, em cada uma”.<sup>37</sup> Todavia, como forma de apressar o processo, iam ou mandavam “alguma ligeira canoinha às missões mais vizinhas, e delas junto das suas portarias ajuntarem os índios que se lhes determinam”. Além de juntarem os índios, nesses lugares faziam também

---

<sup>36</sup> ABN, v. 95, 1975, tomo II, p. 57.

<sup>37</sup> ABN, v. 95, 1975, tomo II, p. 56-57.

compra de farinha (cerca de duzentos a trezentos alqueires)<sup>38</sup> e demais víveres necessários às viagens e ao sustento dos tripulantes.

Nas canoas do sertão, o número de índios era elevado (cerca de quarenta a cinquenta). A grande maioria servia como remeiro, tendo apenas um ou dois pilotos jacumaúbas. Como eram provenientes dos aldeamentos missionários, tais índios eram teoricamente livres, repartidos aos moradores para este fim, e, por conta disso, deveriam ser remunerados. Por mês de serviço, cada índio remeiro recebia “duas varas de pano grosso de algodão” e duas ou três “varas de Bretanha para camisa; uns calções de baeta, ou alguma outra droga, um barrete, um prato de sal”.<sup>39</sup> Para João Daniel, tal pagamento seria muito pouco “ainda por pagamento de cada dia” e não fazia jus aos perigos das viagens, como ataques de mosquitos e de índios inimigos. Já os pilotos jacumaúbas recebiam, além do que era pago aos remeiros, “mais três varas de pano grosso e um corte de ruão para saia de sua mulher”. O pagamento deveria ser feito antes da viagem iniciar, uma vez que os índios não faziam serviço algum “sem o pagamento à vista”.<sup>40</sup>

Os valores e os “presentes” recebidos pelos índios e a antecipação do pagamento era uma forma de garantia, já que, segundo João Daniel, muitas vezes os índios voltavam “com as mãos vazias, sem pagamento algum”.<sup>41</sup> Isso revela que, longe do papel de personagens passivos que por muito tempo a historiografia lhes relegou, os índios agiam de acordo com suas demandas, negociando vantagens a seu favor.

A questão do salário dos índios seria motivo de discussão entre as autoridades coloniais. Em carta ao rei d. José I, de 22 de dezembro de 1751, Mendonça Furtado falava da Junta de Missões que, por ordem real, havia convocado para “arbitrar o salário que se deverá pagar aos índios daqui em diante, atendendo à qualidade do seu trabalho e à pobreza em que se acha este Estado”. Na dita junta, assentou-se, uniformemente, que “a cada índio se pagasse quatrocentos réis por mês, e aos pilotos e proeiros a seiscentos réis e aos oficiais a tostão por dia...”.<sup>42</sup> A resposta do rei veio em 26 de abril de 1753. Nela, d. José I diz que, por resolução do dia 17 do mesmo mês de abril, tomada em consulta do Conselho Ultramarino, foi servido “aprovar a taxa do salário que se há de pagar aos

---

<sup>38</sup> Segundo Patrícia Sampaio (2012), um alqueire corresponde a 36,3 kg; já um alqueire do Pará equivale a 2 paneiros (cerca de 30 kg).

<sup>39</sup> ABN, v. 95, 1975, tomo II, p. 57.

<sup>40</sup> ABN, v. 95, 1975, tomo II, p. 57.

<sup>41</sup> ABN, v. 95, 1975, tomo II, p. 90.

<sup>42</sup> *Amazônia na Era Pombalina* (AEP), v. 1, p. 189. Carta de Francisco Xavier de Mendonça Furtado.

índios, na forma em que se conveio na dita junta, feita nesta cidade de Belém do Pará, ordenando que a mesma se observe na capitania do Maranhão”.<sup>43</sup>

As expedições de coleta, em geral, eram comandadas por um *cabo de canoa*, chamado de “sertanejo”, homem experiente na lide do sertão (Pompeu; Viana, 2020), a quem cabia a tarefa de defender as embarcações em caso de ataque e de vigiar e controlar os índios. Todavia, João Daniel diz que “não fazem mais do que comer, beber, cachimbar, dormir e tomar conta do que os índios vão colhendo, repreendendo e mandando castigar aos que veem menos serviços”.<sup>44</sup> Em geral, o cabo de canoa era um branco.

Segundo Patrícia Sampaio (2012, p. 156), se a expedição saísse de Belém, o mais comum era sair em novembro, a não ser que, além da coleta, “houvesse interesse em estabelecer feitorias para fabricação de manteigas de tartarugas”, caso em que a saída era antecipada para setembro. Os locais de coleta eram previamente estabelecidos, por conta das feitorias fundadas em viagens anteriores (Ravena; Marin, 2013, p. 404). Os índios também iam fazendo feitorias ao longo do caminho, até chegar nos locais de coleta. Chegados aos locais, cabia aos pilotos jacumaúbas repartir os demais índios para pescar e para, mata adentro, ir atrás das drogas.<sup>45</sup>

Na feitoria, local de apoio onde eram preparadas as coletas, ficava “o branco cabo da canoa, com algum índio, ou piloto, e algum rapaz para seu cozinheiro [...], além dos pescadores e caçadores...”.<sup>46</sup> Os pilotos jacumaúbas, portanto, não participavam diretamente das coletas, mas ficavam nas feitorias em companhia dos cabos de canoa. Por um lado, tal fato marca uma posição socioeconômica diferenciada – já que, além do trabalho de remar, restava ainda aos índios remeiros o de buscar as drogas mata adentro. Por outro, demonstra o receio de se perderem os pilotos. Dentro da mata fechada poderia acontecer uma infinidade de incidentes, como ataque de índios e de animais selvagens e peçonhentos, ou mesmo fugas. Caso isso acontecesse com o piloto, a viagem de volta estaria seriamente comprometida, pois, em geral, ele era o único que sabia orientar-se nos rios.

Tais viagens eram extremamente penosas e os índios estavam sujeitos a todo tipo de infortúnios, como ataque de índios do curso, como os *muras*, e de

<sup>43</sup> AEP, v. 1, p. 454-455. Carta régia.

<sup>44</sup> ABN, v. 95, 1975, tomo II, p. 66.

<sup>45</sup> ABN, v. 95, 1975, tomo II, p. 60.

<sup>46</sup> ABN, v. 95, 1975, tomo II, p. 61.

pragas, como mosquitos. Todos os anos os muras matavam muitos índios, porque “no seguro da terra, no escuro das sombras e no amparo das árvores muito a seu salvo, vão disparando a mosquetaria das suas flechas nos pobres remeiros”.<sup>47</sup> Os remeiros eram os mais atingidos, já que sua única forma de defesa era de “porem por escudo dos seus corpos, os remos, com que vão remando”.<sup>48</sup> Se era possível defender-se dos ataques dos muras, não se pode falar o mesmo do ataque de mosquitos, que todas as noites “caem em chuveiros”, fazendo exasperar os navegantes, pois “nada lhes é obstáculo, por mais toldos que se fazem”.<sup>49</sup>

A tudo isso somavam-se as condições climáticas intensas e o desgaste da própria viagem. O esforço físico despendido pelos índios era intenso, já que remavam dia e noite, tendo poucas horas para descanso e para dormir, quando muito duas ou três horas.<sup>50</sup> Isso acabava fazendo com que muitos índios fugissem. Muitos fugiam pela mata, durante as coletas, outros fugiam pelos rios, durante as remadas. A fuga é, antes de tudo, uma forma de não submissão e demonstra que esses índios agiam a partir de seus próprios interesses e motivações.

De acordo com Patrícia Sampaio (2012, p. 169), não raro, muitos índios recusavam-se a fazer as viagens, seja escapando do recrutamento nas povoações antes da partida ou desertando no meio do caminho. Todavia, era mais comum que completassem a expedição para o sertão e que fugissem na viagem de retorno, “a fim de evitar a longa e arriscada viagem para Belém para entregar os produtos” (Roller, 2013, p. 214). No caso dos pilotos jacumaúbas era mais comum que, em vez de fugir, eles fossem “praticados”, no sentido de “seduzidos” pelos moradores a ficarem em suas propriedades, já que “eram peças fundamentais para a economia da região” (Carvalho Junior, 2005, p. 244).

Os indígenas, sejam remeiros, pilotos, guias, guerreiros ou informantes, reconheciam a centralidade que ocupavam para a efetivação de práticas coloniais, como as atividades de guerra e comércio. Em função disso, agiam motivados por interesses próprios, estabeleciam alianças, acordos, negociavam apoio e imprimiam lógicas e dinâmicas particulares aos processos coloniais constituídos, sobretudo, das interações entre os sujeitos que se deslocavam em canoas pelos rios amazônicos para as mais diversas atividades.

---

47 ABN, v. 95, 1975, tomo I, p. 265. Segundo Eliane Pequeno (2006, p. 134, grifo da autora), “os índios muras ficaram conhecidos na bibliografia etnográfica como ‘corsários do caminho fluvial’. Viviam em suas próprias canoas, como se fossem suas casas, e se destacavam na resistência à ocupação pelos não índios”.

48 ABN, v. 95, 1975, tomo II, p. 266.

49 ABN, v. 95, 1975, tomo II, p. 370.

50 ABN, v. 95, 1975, tomo I, p. 202.

## Considerações finais

Numa região como a Amazônia portuguesa, em que os rios eram praticamente as únicas “estradas” disponíveis, as embarcações (canoas) foram fundamentais para o trânsito durante todo o período colonial. E, para a fluidez desse trânsito, a atuação de índios guerreiros, remeiros e pilotos jacumaúbas foi indispensável para toda e qualquer viagem. Eles eram responsáveis por remar nas canoas e guiá-las pelos rios, tarefa importante e imprescindível.

Em canoas de guerra e de comércio, os indígenas ocuparam papel de centralidade. Mais do que simples recursos de mão de obra em meio a uma região desconhecida e hostil, seus conhecimentos sobre a fabricação de embarcações, as guerras nativas e a navegação dos rios mostraram-se fundamentais para a continuidade do processo colonizador. Isso reforça o protagonismo indígena nessa parte da conquista, sem os quais a colonização mostrar-se-ia inviável, pois eram os pés e as mãos dos senhores. Em outras palavras, sem os indígenas “não caminham os portugueses para a guerra; eles descobrem os caminhos, definem as jornadas, fazem as paradas, definem o lugar onde devem pernoitar, o que tudo determinam, confiando em sua capacidade a marcha militar”.<sup>51</sup>

Sem índios remeiros, colonos, autoridades coloniais e religiosos ficariam presos em suas povoações, sem locomoção. Sem os pilotos jacumaúbas, ficariam perdidos, desorientados no labirinto de rios. Nas expedições de coleta de drogas do sertão, a presença desses índios se mostrava irremediável. Deles dependeria não apenas a condução das canoas e embarcações pelos rios, mas também a escolha dos melhores locais para a pesca e a coleta das drogas. E nas guerras, como aliados, poderiam definir os rumos do conflito.

Índios como Antônio, José, Vicente, Luís, Cipriano, Nazário, Henrique, Felipe e tantos outros, mobilizados das nações tupinambá, aroaquizes, da aldeia maracanã e de outras tantas aldeias e partes do sertão, em canoas de guerra ou em canoas de comércio, acentuaram as capacidades do avanço colonial luso nos sertões e nas fronteiras. Motivados por interesses próprios, os indígenas negociaram e definiram, em muitos casos, a dinâmica das práticas, seja no comércio das drogas ou nas guerras de defesa do território.

Essa relação entre sujeitos, rios e canoas na Amazônia colonial portuguesa, que buscamos demonstrar ao longo deste texto, impõe aos estudiosos do passado uma leitura cuidadosa e atenta das práticas ensejadas e dos significados

---

<sup>51</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT). Manuscritos da livraria, PT/TT/MSLIV, n. 1.065. Notícias da América portuguesa, em especial mapa e roteiro geográfico.

para o desenvolvimento dos processos históricos da região. Ora, na Amazônia de hoje, os rios continuam a ser caminhos e constituem modos de vida, sobretudo, para as populações indígenas, ribeirinhas e quilombolas, que mantêm há séculos relações de interação com as florestas e rios.

Por outro lado, é importante destacar que os rios continuam sendo os caminhos pelos quais chegam práticas contemporâneas de exploração, como o avanço da fronteira do capitalismo neoliberal. Destaca-se, por exemplo, a construção de hidroelétricas na bacia hidrográfica, que atropelam modos de vida construídos pelas populações tradicionais. Avançam em seus territórios, desmantelando relações constituídas pela interação entre os sujeitos e os rios. Os povos indígenas hoje continuam a dominar, como ninguém, os códigos dos rios e florestas, cujo conhecimento mostra-se indispensável, inclusive, para manter vivos os modos de vida amazônicos.

## Referências

- ALE ROCHA, Rafael. “Domínio” e “posse”: as fronteiras coloniais de Portugal e da França no Cabo do Norte (primeira metade do século XVIII). *Tempo*, Niterói, v. 23 n. 3, p. 528-545, set./dez. 2017.
- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os vassallos d’El Rey nos confins da Amazônia: a colonização da Amazônia ocidental – 1750-1798*. 1990. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1990.
- ALDEN, Dauril. El indio desechable en el estado de Maranhão durante los siglos XVII y XVIII. *América Indígena*, México, v. XLV, n. 2, p. 427-446, abr./jun. 1985.
- BOMBARDI, Fernanda Aires. *Pelos interstícios do olhar do colonizador: descimentos de índios no estado do Maranhão e Grão-Pará (1680-1750)*. 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
- CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz de. *Índios cristãos: a conversão dos gentios na Amazônia portuguesa (1653-1769)*. 2005. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.
- CHAMBOULEYRON, Rafael. *Povoamento, ocupação e agricultura na Amazônia colonial (1640-1706)*. Belém: Açaí, 2010.
- CRUZ, Ernesto. *História de Belém*. v. 1. Belém: Editora da UFPA, 1973.
- FERREIRA, André Luiz. *Nas malhas da liberdade: o Tribunal das Juntas das Missões e o governo dos índios na Capitania do Maranhão (1720-1757)*. 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.
- FERREIRA, Elias Abner Coelho. *Oficiais canoeiros, remeiros e pilotos jacumaúbas: mão de obra indígena na Amazônia colonial portuguesa (1733-1777)*. 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.
- GUZMÁN, Décio de Alencar. A primeira urbanização: mamelucos, índios e europeus nas cidades pombalinas da Amazônia, 1751-1757. *Revista de Cultura do Pará*, Belém, v. 18, n. 1, p. 75-94, jan./jun. 2008.
- PEQUENO, Eliane da Silva Souza. Mura, guardiães do caminho fluvial. *Revista de Estudos e Pesquisas*, Brasília, v. 3, n. 1/2, p. 133-155, jul./dez. 2006.
- PERRONE-MOISES, Beatriz. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do

- período colonial (séc. XVI a XVIII). In: CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 115-132.
- POMPEU, André José Santos; VIANA, Wania Alexandrino. Sujeitos sertanejos na Amazônia colonial (séculos XVII e XVIII). *História e Cultura*, Franca, v. 9, n. 1, p. 258-275, 2020.
- PORRO, Antônio. O povo da Amazônia à chegada dos europeus. In: \_\_\_\_\_. *O povo das águas: ensaios de etno-história amazônica*. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.
- RAVENA, Nirvia; MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. A teia de relações entre índios e missionários: a complementaridade vital entre o abastecimento e o extrativismo na dinâmica econômica da Amazônia colonial. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 29, n. 50, p. 395-420, maio/ago. 2013.
- RESENDE, Tadeu Valdir Freitas de. *A conquista e a ocupação da Amazônia brasileira no período colonial: a definição das fronteiras*. 2006. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- ROLLER, Heather Flynn. Expedições coloniais de coleta e a busca por oportunidades no sertão amazônico, c. 1750-1800. *Revista de História*, São Paulo, n. 168, p. 201-243, jan./jun. 2012.
- SOUZA JÚNIOR, José Alves de. Jesuítas, colonos e índios: a disputa pelo controle e exploração do trabalho indígena. In: CHAMBOULEYRON, Rafael; RUIZ-PEINADO ALONSO, José Luis. *Tramas do cotidiano: religião, política, guerra e negócios no Grão-Pará dos Setecentos*. Belém: Editora da UFPA, 2012.
- \_\_\_\_\_. Índios: “mãos e pés dos senhores” da Amazônia colonial. *Fronteras de la Historia*, Colômbia, v. 16, n. 2, p. 365-391, 2011.
- \_\_\_\_\_. *T(r)ópicos de história: gente, espaço e tempo na Amazônia (séculos XVII a XXI)*. Belém: Açai, 2010.
- SAMPAIO, Patrícia Melo. *Espelhos partidos: etnia, legislação e desigualdade na Colônia*. Manaus: Editora da Ufam, 2012.
- \_\_\_\_\_. Administração colonial e legislação indigenista na Amazônia portuguesa. In: PRIORE, Mary del; GOMES, Flávio dos Santos (org.). *Os senhores dos rios: Amazônia, margens e história*. Rio de Janeiro: Campus, 2003.
- SCHAAN, Denise Pahl; MARTINS, Cristiane Pires. *Muito além dos campos: arqueologia e história na Amazônia marajoara*. Belém: Gknoronha, 2010.
- \_\_\_\_\_. Uma janela para a história pré-colonial da Amazônia: olhando além – e apesar – das fases e tradições. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, Belém, v. 2, n. 1, p. 77-89, jan./abr. 2007.
- VIANA, Wania Alexandrino. *Gente de guerra, fronteira e sertão: índios e soldados na capitania do Pará (primeira metade do século XVIII)*. 2019. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.
- XIMENES, Teresa. A navegação fluvial no desenvolvimento da Amazônia. In: \_\_\_\_\_. *Embarcações, homens e rios na Amazônia*. Belém: Editora da UFPA, 1992.

---

Recebido em 31/8/2020

Aprovado em 8/4/2021